



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640107 - PE (2021/0013078-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : JOSE AUGUSTO BRANCO E OUTRO
ADVOGADOS : HÉLCIO FERREIRA DE OLIVEIRA FRANÇA - PE021728
JOSÉ AUGUSTO BRANCO - PE016464
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : CLAYTON FERREIRA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLAYTON FERREIRA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (HC n. 51-94.2021.8.17.9000).

O paciente foi condenado à pena de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão em razão do crime tipificado no art. 33 da Lei nº 11.343/2006, encontrando-se preso para cumprimento da pena desde o dia 04/01/2021.

O impetrante sustenta que a decisão da origem de não conhecimento do *writ* seria teratológica.

Pondera que a referida impetração tinha por objeto a imediata realização de audiência de custódia do paciente, assim como a sua liberdade.

Considera que os fundamentos utilizados para o não conhecimento do *habeas corpus* seriam equivocados e contraditórios.

No mais, aduz que o paciente tem direito à detração da pena pelo tempo encarcerado já cumprido, assim como à progressão de regime.

Requer, liminarmente, que o paciente seja encaminhado a audiência de custódia ou a expedição do competente alvará de soltura.

No mérito, requer que seja concedida a ordem para que seja determinada a imediata realização de audiência de custódia, como decidido pelo eminente Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Reclamação nº 29303.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que não conheceu da impetração, em decisão monocrática de Relator.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
PROCESSO PENAL. TRANCAMENTO. FURTO.
PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. HC PRÉVIO NÃO
CONHECIDO. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELO
TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.
INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A
DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO
REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - Inviável adentrar ao mérito do presente recurso, pois verifica-se que o eg. Tribunal a quo não se manifestou

acerca da matéria discutida no presente mandamus, ficando, portanto, impedida esta Corte de proceder a sua análise, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

II - Neste agravo regimental não foram apresentados argumentos novos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, devendo ser mantida a decisão impugnada por seus próprios fundamentos.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 623.104/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/11/2020, DJe 03/12/2020)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência